ISSN: 2358-8829

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA (2022–2025)

Angel Henrique Rodrigues de Souza [1]
Profa. Dra. Cláudia Brazil Marques [2]

INTRODUÇÃO

A evasão se apresenta como um desafio a qualquer instituição de ensino, sendo pública ou privada. Estatísticas apresentadas pelo Censo Escolar da Educação Básica referente ao ano de 2025 apontam para 3.187.976 matrículas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, um crescimento de 23,74% em relação ao ano anterior (BRASIL, 2026).

Desta forma, o presente trabalho busca saber como as políticas públicas implementadas para ingresso e manutenção dos alunos na Educação Profissional Tecnológica têm contribuído para a redução do abandono escolar.

O trabalho se organiza de modo a articular a base teórica com a análise prática e atual dos dados. Assim, na primeira parte, serão abordados o histórico da Educação Profissional e Tecnológica, e os principais conceitos relacionados à permanência e ao êxito. Em seguida, na segunda parte, será apresentada a análise dos dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha.

METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos deste trabalho, realizou-se uma abordagem quantitativa e comparativa por meio da análise de dados secundários extraídos diretamente da Plataforma Nilo Peçanha, correspondentes aos censos dos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, os quais foram coletados, estratificados e organizados de forma padronizada. Primeiramente, por meio da revisão bibliográfica, o trabalho buscará analisar o contexto histórico, social e econômico da Educação Profissional e Tecnológica. Segundo PRODANOV (2013), a revisão bibliográfica tem “o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico, o qual

[1] Pós-Graduando do Curso de Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul- Câmpus Passo Fundo - RS, angelhenrique@gmail.com;
[2] Professora orientadora - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul - Câmpus Passo Fundo - RS, claudiabrazilm@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica (ou da literatura), buscando identificar o "estado da arte" ou o alcance dessas fontes".

Na sequência será apresentada uma análise de dados secundários extraídos diretamente da Plataforma Nilo Peçanha, referente aos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, com o propósito de avaliar de que maneira as ações implementadas durante diferentes ciclos político-econômicos afetaram o ensino dos filhos da classe trabalhadora. Esta análise permite identificar semelhanças e diferenças a fim de estabelecer comparações, estabelecendo assim conexões e inferência sobre o futuro (PRODANOV, 2013).

Os dados disponíveis são públicos e de amplo acesso, e serão analisados levando em consideração classificação de cor ou raça e renda, dos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025. Não foram considerados dados anteriores a 2022 tendo em vista a Pandemia do Coronavírus, que naturalmente representa uma discrepância histórica. Ao final do trabalho serão apresentadas as conclusões.

REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, será apresentada uma análise histórica do desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil bem como uma análise de dados com intuito de verificar se as políticas públicas implementadas para ingresso e manutenção dos alunos na Educação Profissional Tecnológica têm contribuído para redução do abandono escolar.

HISTÓRICO DA EPT NO BRASIL

Compreender a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é antes de tudo refletir sobre trabalho, classe e interesses privados versus interesses públicos. As primeiras iniciativas voltadas para a formação de mão de obra caracterizavam-se pela necessidade de ocupar os desvalidos, garantindo assim a ordem social (GOMES, 2003).

Ainda segundo GOMES (2003), "A abolição da escravatura e a instauração da República foram os dois fatores que influíram sobremaneira no desenvolvimento do ensino profissional no país". Com o fim da escravidão e a associação do trabalho como atividade de ex-escravos, desocupados ou desvalidos, consolida-se a ideia de que cabia às classes dominantes um outro perfil de formação.

Com a chegada da família real ao Brasil, o cenário econômico do país começa a mudar tendo em vista a possibilidade de que indústrias passassem a se instalar na colônia. Essa foi a motivação para que fossem criadas as primeiras escolas e liceus com o caráter profissional, além de servirem como doutrinadores contando ainda com "caráter policial na luta contra a

ISSN: 2358-8829

vagabundagem e a criminalidade cometida pelos menores urbanos" (QUELUZ, 2000, apud GOMES, 2003, p. 55).

A legislação deste período caracteriza-se pela pretensão de garantir proteção aos jovens, por meio de uma educação industrial e doutrinadora com relação à vida social nas cidades que cresciam de forma desordenada e com novas problemáticas sociais a serem administradas pelo poder público.

A Lei nº 787, criada pelo então Presidente do Estado do Rio de Janeiro Nilo Peçanha, buscou implementar quatro escolas profissionais no estado. Embora o objetivo fosse o ensino de ofícios, este novo modelo não se afastava do objetivo maior de disciplinar os filhos da classe operária, servindo como mecanismo de doutrinação por meio de uma educação industrial para que os mais desafortunados não se tornassem um problema ainda maior no futuro (DA SILVA DOS SANTOS; MARCHESAN, 2017).

Mas é com a assinatura do Decreto n° 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha é que são criadas as primeiras Escolas de Aprendizes Artífices, sendo uma em cada capital do país. Este é um dos marcos importantes para a história da educação profissional na Primeira República (GOMES, 2003).

Essas escolas tinham por definição um currículo básico que deveria proporcionar ao aluno desenvolver a leitura, a aritmética, noções de geografia, além de educação cívica, com destaque para a postura, a história sobre os grandes nomes do país e comemorações cívicas. O desenvolvimento profissional era voltado para atividades manuais alinhadas às demandas locais. Cabia ao diretor apresentar e validar o projeto junto ao ministério.

Vale aqui destacar que, segundo GOMES (2003), o projeto apresentou inúmeros problemas, tais como a falta de estrutura adequada para realização das aulas, escolas em prédios adaptados, além de professores sem a devida qualificação para realizar as atividades, dificultando assim o processo de ensino aprendizagem pretendido, impactando já neste período no problema da evasão.

Mas é a partir de 1937 que a educação técnica ganha relevância estratégica no país, após a promulgação, pelo Presidente Getúlio Vargas, da Constituição que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais.

Segundo DA SILVA DOS SANTOS e MARCHESAN (2017), o modelo educacional proposto em 1942 por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, transformou os Liceus em Escolas Industriais e Técnicas, passando em 1959 para Escolas Técnicas Federais, alcançando então autonomia pedagógica e administrativa. Em 1961 com a publicação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), equiparou o ensino profissional ao ensino

ISSN: 2358-8829

acadêmico, alterando o status desta formação e afastando do estereótipo de formação destinada aos desafortunados (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006).

Após ganhar autonomia e destaque, é com o Golpe Militar de 1964 e com a instauração do Regime Cívil-Militar que as mudanças influenciam o crescimento e expansão da rede de educação técnica no país (DE OLIVEIRA GOMES; DE SOUZA; PITA, 2020).

A Lei n° 5.692 de 1971 estabeleceu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, instaurando a profissionalização obrigatória, em que tornou o 2º grau profissionalizante obrigatório. É neste cenário de crescimento econômico e fortalecimento da formação técnica que em 1978 são inaugurados os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), em Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro (DA SILVA DOS SANTOS; MARCHESAN, 2017).

Em 1982 a Lei n.º 7.044 reinicia o histórico de afastamento entre formação técnica e formação propedêutica, ou seja, formação de mão de obra braçal e formação da elite pensante do país. Este cenário só mudará após a redemocratização e a promulgação da LDB de 1996. Em 1988 com a promulgação da Constituição Federal a educação é elevada a um nível estratégico, tendo impacto direto sobre a visão assistencialista do Decreto de 1909, integrando a formação profissional ao exercício pleno da cidadania.

A LDB de 1996 estabelece em seu texto a Educação Profissional e Tecnológica, tendo como objetivo a preparação e integração com as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, vinculada à Educação Básica por meio da Formação Inicial e Continuada, no Ensino Fundamental, ou Qualificação Profissional pela oferta de cursos técnicos no Ensino Médio (LORENZET; ANDREOLLA; PALUDO, 2020).

Em 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), comprometidos em levar educação de qualidade e gratuita a todo país (DALLABONA; FARINIUK, 2016). Essa nova arquitetura articula Educação Básica, Profissional e Superior, por meio de um projeto que valoriza a pesquisa, a extensão e as características socioeconômicas regionais (LORENZET; ANDREOLLA; PALUDO, 2020).

PERMANÊNCIA E ÊXITO

A educação no Brasil sempre foi lugar de disputa, seja pela necessidade das classes dominantes por mão de obra barata e desorientada ou pela necessidade do estado de proporcionar números que servirão para apresentar um cenário estatístico que na prática não reflete o que ocorre na sala de aula (MONTENEGRO, DE AQUINO, 2026).

Somente com uma abordagem integrada, em que fatores estruturais do sistema de ensino e das escolas, além da compreensão das condições sociais, econômicas e psicológicas dos

ISSN: 2358-8829

alunos será possível compreender e buscar alternativas para minimizar os impactos da evasão e consequentemente na permanência e no êxito do aluno (GOMES, CAVALCANTE, 2026).

O estado cumpre seu papel ao oferecer instrumentos que buscam garantir que o aluno tenha condições de continuar estudando, mas é necessário repensar se os estímulos disponíveis contemplam a real necessidade dos alunos, e o nível de conhecimento por parte destes dos instrumentos disponíveis (MONTENEGRO, DE AQUINO, 2026).

Sendo assim, estabelecer pontos de acompanhamento da vida acadêmica do aluno e garantir transparência dos meios disponíveis para assegurar seu êxito são medidas imprescindíveis para minimizar as perdas de matrículas que ocorrem anualmente.

Compreender a questão da permanência e do êxito é imprescindível para que escola, sociedade e aluno possam encontrar um ponto de equilíbrio que oportunize a todos, independentemente de sua origem, condições de permanência que atendam às suas necessidades específicas, e não para apresentar opções que na prática não estão relacionadas às demandas da sociedade (GOMES, CAVALCANTE, 2026).

A evasão é um tema multifatorial, que reflete não apenas nos dados do Ministério da Educação, mas na vida de jovens e adultos que têm na escola sua porta de entrada para a vida em sociedade, e que não podem ter seu direito tolhido por fatores impostos por um modelo econômico que o empurra para fora do sistema, relegando apenas atividades produtivas de baixo valor agregado e pouca expectativa de desenvolvimento.

A temática evasão é uma preocupação recorrente em qualquer instituição educacional, à medida que a não permanência do aluno reflete a inabilidade da instituição em lidar com situações internas e externas que afetam a continuidade dos estudos por parte do aluno. Por mais que inúmeras avaliações e pesquisas sejam aplicadas visando identificar a causa da evasão, este fenômeno não é simples, e tem sua causa em uma multiplicidade de fatores (RIBEIRO E SILVA, 2025) o que torna a identificação da possível solução ainda mais difícil.

O fato que não pode ser renegado é que a evasão afeta profundamente mais os estudantes em maior situação de vulnerabilidade, seja de ordem econômica ou social, que em sua maioria trabalham enquanto estudam, e são obrigados a renunciar aos estudos para garantir sua subsistência (SANTOS, 2009 apud RIBEIRO E SILVA, 2025).

É importante destacar que até o próprio tema evasão carece de esclarecimentos quando abordado, uma vez que é possível se referir ao abandono do curso, a troca de curso na mesma instituição ou até mesmo ao abandono da instituição de ensino. Neste sentido, o Resumo do Relatório Apresentado a ANDIFES, ABRUEM e SESu/MEC pela Comissão Especial (1996) conceitua a evasão em três aspectos: no curso, quando o aluno por algum motivo deixa o curso

ISSN: 2358-8829

no qual estava matriculado regularmente; na instituição, quando o aluno se desliga da instituição na qual estava matriculado regularmente; e no sistema, quando o aluno abandona de forma definitiva ou temporária o ensino.

Visando compreender e atuar corretiva e preventivamente em relação à evasão, as instituições de ensino realizam pesquisas e avaliações para monitorar os fatores que levaram os alunos a evadir. Segundo SOUZA, CARDOSO E SOUSA (2025) "Ao ingressar na instituição escolar, o estudante carrega consigo inúmeras expectativas em relação à escola, expectativas distintas na sociedade." e muitas vezes o que ocorre é que fatores internos e externos à instituição impedem que este aluno possa dar continuidade ao seu processo de formação.

RIBEIRO e SILVA (2025) sintetizaram as seguintes dimensões que devem ser consideradas para garantir o êxito do aluno: Político-institucional, Pedagógica, Socioeconômica e Comportamental.

A evasão analisada sob a perspectiva político-institucional precisa levar em consideração em que fase do período educacional a evasão ocorre, uma vez que a permanência de um aluno no ensino regular tem motivações diferentes de um aluno de um curso de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

É sempre importante analisar em que medida as práticas pedagógicas adotadas estimulam ou afastam o aluno do seu propósito final de desenvolvimento. Segundo pesquisa conduzida por NUNES e SILVANO (2024), os docentes são o principal elemento para assegurar a aprendizagem dos discentes, superando inclusive os aspectos escola, família e às situações socioeconômicas dos alunos. Os autores afirmam que "A relação da prática docente com os diversos saberes não se reduz a uma simples função de transmissão; deve-se ter uma preocupação com o processo de transposição, com a transformação do saber científico em saber escolar.".

A última dimensão a ser considerada é a comportamental, e por mais que pareça que esta dimensão é responsabilidade do aluno, não se deve incorrer no erro de atribuir total responsabilidade ao estudante, uma vez que a variedade de fatores envolvidos aqui são de cunho social, econômico e cultural (FIGUEIREDO e SALLES, 2017).

Considerar todas essas dimensões para analisar a evasão é de suma importância para não culpar exclusivamente o aluno, a escola ou o estado pelo resultado multifatorial que leva o aluno ao abandono. De toda maneira, é imprescindível considerar e analisar cada caso de evasão por meio de pesquisas, buscando assim compreender os fatores que influenciam o abandono, mesmo tendo em vista que o abandono zero pode ser algo inatingível.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Censo da Educação Básica é aplicado anualmente sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e tem como principal responsabilidade apresentar dados para orientar as políticas públicas voltadas à educação no país (BARROS; ALENCAR; NASCIMENTO; ALBUQUERQUE; MELLO, 2022).

Para o presente estudo, foram consideradas as informações relacionadas ao Tipo de Curso classificado como Técnico, disponível nos relatórios de Eficiência Acadêmica referente aos anos 2022, 2023, 2024 e 2025. No período em questão, foram realizadas 570.705 matrículas, sendo divididas conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha em Concluintes, Em Curso e Evadidos. É possível afirmar que do total das matrículas declaradas, o percentual médio de evasão foi de 42,16%, ou seja, alunos que ingressaram e não concluíram o curso, alunos que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão de um curso.

Em relação à modalidade da oferta do curso, é possível concluir que a taxa de êxito é maior no ensino presencial do que no ensino à distância. O índice é de 42,13% em 2022, atingiu seu ponto mais alto em 2023 (48,17%) e manteve-se praticamente estável nos anos seguintes, encerrando em 47,00% em 2025. A modalidade Educação a Distância apresentou uma forte ascensão, saltando de 26,54% em 2022 para 36,37% em 2023 e alcançando o seu pico em 2024, com 41,26%. Contudo, em 2025, houve um recuo para 37,00%.

O turno integral permanece com a maior proporção de concluintes durante todo o histórico. Apresentou uma trajetória descendente, caindo de 43,08% em 2022 para o seu menor patamar em 2024 (33,80%), antes de uma recuperação parcial em 2025 (36,94%). Enquanto isso, o turno noturno passou por uma maior oscilação. Caiu de 15,38% (2022) para 11,95% (2023), crescendo novamente nos anos seguintes, fixando-se em 18,08% (2024) e 17,17% (2025).

Estas matrículas podem ser segmentadas seguindo o critério de classificação de raça ou cor adotado pela Plataforma Nilo Peçanha. A maioria absoluta dos alunos matriculados se autodeclara Parda ou Branca, somando juntas mais de 74,58% da distribuição dos estudantes em 2025. Além disso, a representatividade de estudantes pretos e indígenas mantém-se constante, apresentando uma leve ascensão. A proporção de alunos autodeclarados pretos manteve-se bastante estável ao longo dos quatro anos, flutuando em uma margem estreita entre 9,394% (menor valor, em 2023) e 10,368% (maior valor, em 2024). Embora registre os menores percentuais entre as categorias autodeclaradas, os indígenas apresentaram um crescimento contínuo ano a ano, subindo de 0,559% (2022) para 0,713% (2025).

ISSN: 2358-8829

A análise dos dados permite avaliar que em média as matrículas estão segmentadas da seguinte maneira, seguindo o critério da classificação de cor ou raça: Amarela 1,04%, Branca 31,09%, Indigena 0,64%, Não Declarada 13,64%, Parda 43,54% e Preta 9,94%. Logo é possível verificar que dentre os que se declaram brancos e pardos representam 74,58% do total de matrículas conforme, enquanto 11,62% das matrículas são referentes a amarelo, indigena, preto, e não declarados e sem informação totalizam 13,8%.

Quando comparado o percentual de evasão pela classificação de cor ou raça é possível perceber que existe uma razão inversa de proporcionalidade, uma vez que segundo classificação apresentada pela Plataforma Nilo Peçanha é possível verificar que os maiores percentuais de evasão concentram-se nas classificações de menores números de matrículas.

Visando compreender o impacto da evasão sobre os diferentes alunos, por meio dos dados é possível realizar o mesmo recorte relacionando a renda. Quando analisamos a realidade destas matrículas com relação a distribuição da renda é possível verificar que dos que declaram renda, os maiores percentuais de evasão encontram-se na faixa de renda familiar per capita entre 0 e 0,5 salário familiar per capita (Indígena 50,68%; Preta 50,93%; Amarela 47,36%; Branca 41,89%; Parda 50,58%; Não Declarada 18,93% e Sem Informação 1,11%).

Quando a análise é feita a partir dos dados da evasão é possível verificar que a discrepância entre todos os indivíduos é bem menor, contudo mais acentuada entre indigena, preto e amarelo. Essa proporcionalidade pode ser confirmada quando analisado de forma isolada os dados referentes a indigena (44,01%), preta (45,49%) e amarela (44,34%).

Quando analisada a questão da renda, a taxa média de evasão varia muito pouco de um ano para outro, sendo observados os seguintes percentuais: 2022 - 41,38%, 2023 41,31%, 2024 - 42,63% e 2025 - 43,30%.

O que pode ser verificado como comum entre todos os dados é que os maiores percentuais de evasão estão centrados entre a população que possui faixa de renda familiar per capita entre 0 e 1 salário, variando de 41,89% da população declarada com branca e 50,93% na população declarada preta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão é um dos assuntos que mais preocupam gestores escolares, sejam eles públicos ou privados. Os investimentos feitos para viabilizar a oferta de educação de qualidade são gigantescos, e a cada aluno perdido durante essa trajetória, não é apenas o custo operacional das unidades escolares que fica prejudicado, mas o país perde em competitividade tendo em vista o cenário de falta de mão de obra qualificada enfrentado ao longo da última década.

Por sua natureza multifatorial, é difícil atribuir a apenas uma única razão o motivo para o aluno evadir. Na maioria das vezes o que ocorre é um conjunto de situações, mais ou menos relacionadas, que faz com que o aluno abandone o seu processo de formação.

A análise dos dados possibilitou concluir que: 1. a evasão está distribuída entre todos os perfis de alunos; 2. segundo a classificação de cor ou raça adotada pela Plataforma Nilo Peçanha para apresentar os dados, alunos que se declararam como pretos, indigenas e amarelos são os mais afetados pelos fatores que levam a evasão; 3. as ações adotadas que visam suprir necessidades financeiras dos alunos são muito importantes, mas ainda insuficientes, já que as maiores taxas de evasão encontram-se entre os alunos que possuem renda entre 0 e 1 salário per capita, com destaque para a pequena variação entre os diferentes grupos.

Desta maneira, é possível afirmar que os programas existentes têm impacto na decisão dos alunos, uma vez que inúmeros alunos de baixa renda acessam ensino por meio destas instituições, contudo, não é o suficiente, sendo necessário um aprofundamento maior para compreender os demais fatores que levam o aluno a abandonar os estudos.

Palavras-chave: Evasão, Educação, Trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDIFES, ANDIFES; ABRUEM, ABRUEM; SESU/MEC, SESu/MEC. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas: resumo do relatório apresentado a ANDIFES, ABRUEM e SESu/MEC pela Comissão Especial. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 1, n. 2, 1996. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/739>. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19/04/2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 16/11/2025.

BRASIL. **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União - Seção 1 – 30 dez. 2008e

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar da educação básica 2025: notas estatísticas [recurso eletrônico]**. – Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-

linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-escolar-da-educacao-basica-2025-notas-estatisticas> Acesso em: 12/04/2026.

BARROS, Abílio Nogueira; ALENCAR, Andreza; NASCIMENTO, André; ALBUQUERQUE, Aldéryck Félix de; MELLO, Rafael Ferreira. Elaboração do conjunto de dados agregados do censo da educação básica. **In: DATASET SHOWCASE WORKSHOP (DSW)**, 4. , 2022, Búzios. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022. p. 35-45. DOI: <https://doi.org/10.5753/dsw.2022.225533>. Acesso em: 20/04/2026

DA SILVA DOS SANTOS, Guilherme; MARCHESAN, Maria Tereza Nunes. Educação Profissional e Tecnológica (EPT) No Brasil e seus Docentes: Trajetos e Desafios. **Linguagens - Revista De Letras Artes E Comunicação**, v. 11, n. 1, p. 357, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7867/1981-9943.2017v11n1p357-374>. Acesso em: 19/04/2026.

DALLABONA, Carlos Alberto; FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. EPT NO BRASIL: HISTÓRICO, PANORAMA e PERSPECTIVAS. **Poiésis - Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação**, v. 10, p. 46, 2016. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/3899>. Acesso em: 19/04/2026.

DE OLIVEIRA GOMES, Marco Antônio; DE SOUZA, Marilsa Miranda; PITA, Crislaine Aparecida; et al. Educação e a ditadura civil militar: as reformas educacionais e a teoria do capital humano (1964-85). **Revista Eletrônica De Educação**, v. 14, p. e4424147, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/198271994424>. Acesso em: 20/04/2026

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. Recebido em: 29 abr. 2015 Aceito em: 14 jun. 2016 **Ensaio: aval. pol. públ. Educ**., Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 356-392, abr./jun. 2017. http://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500397. Acesso em: 16/11/2025.

GOMES, Jader Jefferson Andrade; CAVALCANTE, Rivadavia Porto. ESTUDO DA EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: DETERMINANTES ESTRUTURAIS E DESAFIOS À PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 11, p. 9510–9533, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i11.22566. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/22566. Acesso em: 15 ago. 2026.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na Velha República. **Vértices**, v. 5, n. 3, p. 53–79, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1809-2667.20030019>. Acesso em: 19/04/2026.

LORENZET, Deloíze; ANDREOLLA, Felipe; PALUDO, Conceição. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). **Trabalho & Educação**, v. 29, n. 2, p. 15–28, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2238-037x.2020.13522>. Acesso em: 19/04/2026.

NUNES, Everton Barbosa; SILVANO, Antônio Marcos da Costa. Práticas Pedagógicas e Evasão Discente: Uma Análise no Curso Técnico. EDUR. **Educação em Revista**. 2024; 40:e36039. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-469836039. Acesso em: 16/11/2025.

MONTENEGRO, Francisco Fabio Damasceno; DE AQUINO, Francisco José Alves. Desigualdades e trajetórias na educação profissional: Inserção e permanência de estudantes de cursos técnicos no IFCE. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 13, n. 16, p. 1–28, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.66104/m4bscd58. Acesso em: 15/08/2026

Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica/Gustavo Henrique Moraes [et.al]. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2020, 131 p.; PDF. Livro Eletrônico - E-book. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/images/pdf/grm-2020-isbn-revisado.pdf>. Acesso em: 20/04/2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao> Acesso em: 12/04/2026.

RIBEIRO, Wendes; SILVA, Claudio. A permanência e êxito nos institutos federais: Referenciais políticos pedagógicos para a utilização dos produtos educacionais do Profept. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**. 18. 436-451. 10.14571/brajets.v18.n2.436-451, 2025. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/394696324_A_permanencia_e_exito_nos_institutos_federais_Referenciais_politicos_pedagogicos_para_a_utilizacao_dos_produtos_educacionais_do_ProfeptPermanence_and_success_in_federal_institutes_Pedagogical_politica>. Acesso em: 16/11/2025

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marques Do. Brasil, 1930-1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada.. In: VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS: História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR, 2006, Campinas. **Caderno de Resumos do VII Seminário Nacional do HISTEDBR**, 2006. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4901/art10_22.pdf>. Acesso em: 19/04/2026.

SOUZA, Heloisia Carneiro de Souza; CARDOSO, Flávio Manoel Coelho Borges, SOUSA, Marcos de Moraes Sousa. Permanência e Êxito na Educação Profissional: revisão sistemática. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 50, e134672, 2025. http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236134672vs01. Acesso em: 16/11/2025.